

Ensaio sobre uma fronteira urbano-mineral no sudeste paraense: coalizões, rupturas e continuidades

(1) Ana Carolina Campos de Melo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA). Realizou intercâmbio doutoral no curso de Economia do CEDEPLAR-UFMG. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

(2) Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD Oxford Brookes University, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Resumo

As dinâmicas que caracterizam o processo de expansão da fronteira amazônica, revelam uma organização socioespacial singular, que articula no tempo e no espaço complexas camadas de biodiversidade, cultura, economia e política. Nesse processo, a urbanização da região aparece como elemento central na redefinição da relação humano-natureza, desencadeando diversos processos contraditórios na produção do espaço. Este artigo ilumina a fronteira urbano-mineral contemporânea, a partir da construção de um gradiente com três tipologias de manifestações urbanas: a “cidade tradicional”, a “cidade empresa” e a “cidade neoliberal”, apoiados no debate teórico sobre as relações campo-cidade.

Palavras-chave: Sudeste Paraense. Amazônia. Fronteira. Neoextrativismo. Urbanização Extensiva.

Eixo Temático 6: Crise da Mineração

1. Uma pergunta de partida: Qual a natureza do urbano na Amazônia?^[1]

Este artigo é produto de uma trajetória de pesquisa de seis anos, iniciada com o Projeto UrbisAmazônia e, portanto, uma tentativa de síntese do debate teórico e dos resultados empíricos obtidos pelas autoras em seus estudos sobre o sudeste paraense, particularmente, relativo ao processo de urbanização e expansão da mineração na fronteira amazônica contemporânea.

Desenvolvido de 2013 a 2016, o Projeto UrbisAmazônia reuniu um grupo diverso de instituições de pesquisa^[2], interessadas em desenvolver coletivamente análises teóricas e ferramentas metodológicas que atravessaram uma questão central: Qual a natureza do urbano contemporâneo na Amazônia? Pergunta permanentemente redefinida e aprofundada, dentro e fora dos grupos de pesquisa envolvidos no Projeto, comprometidos com a continuidade das investigações ali iniciadas. O principal resultado dessa empreitada foi a formação de uma nova e heterogênea geração de pesquisadores, engajados direta ou indiretamente em estudos sobre os fenômenos urbanos na Amazônia contemporânea. Durante sua vigência, o Projeto viabilizou aos pesquisadores, professores e bolsistas envolvidos, recursos para organização de missões de campo e permitiu às autoras vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA, a realização de campos de pesquisa no sudeste paraense entre 2013 e 2014, nos municípios de Marabá e Parauapebas, período em que as expectativas em relação às grandes obras de infraestrutura e construção civil^[3] naquela região e, no país de modo geral, começavam a mostrar os primeiros sinais de arrefecimento. Em Parauapebas, cidade localizada no sopé da Serra dos Carajás - a maior reserva de minério de ferro de alto teor do mundo - já se observava, à época, os impactos do declínio da demanda externa pelo produto mineral. Loteamentos vazios, obras inacabadas, aumento do desemprego, fechamento de empresas terceirizadas e desmobilização de serviços, revelavam as dinâmicas de retração de uma economia municipal altamente dependente da atividade mineral e seus desdobramentos socioespaciais.

Em agosto de 2016, outro Projeto de Pesquisa, intitulado Economia e Cidade^[4], específico para acompanhamento de Canaã dos Carajás, distante 60 km de Parauapebas e sede do maior projeto mineral da empresa Vale S/A, o S11D, permitiu a continuidade dos estudos sobre as dinâmicas da mineração no Sudeste Paraense. A pesquisa acompanhou o final do processo de mobilização da força de trabalho para o projeto e o início do processo de desmonte das atividades de suporte logístico e infraestrutural à implantação do S11D, inaugurado no final daquele ano.

Entre abril e maio de 2018, foi realizado o último campo de pesquisa no sudeste paraense, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, focado na coleta de dados sobre a atuação nesses municípios de instituições públicas e privadas, movimentos sociais, ONG'S e outros agentes ligados às dinâmicas urbanas.

A partir dessa base empírica e do aprofundamento do debate teórico sobre as dinâmicas urbano-minerais no sudeste paraense, particularmente fundamentadas nos estudos sobre fronteira e urbanização extensiva na Amazônia, este artigo procura caracterizar uma fronteira urbano-mineral na Amazônia e as especificidades da relação campo-cidade neste contexto. Primeiro, elaboramos tipologias socioespaciais a partir das três cidades em estudo, de acordo com a caracterização da formação social, histórica e econômica da região. Em segundo lugar, aproximam-se essas tipologias do debate teórico sobre fronteira amazônica e estudos atuais sobre urbanização extensiva/planetária, com objetivo de avançar na fundamentação teórica e conceitual sobre a fronteira urbano-mineral amazônica. A conexão dessas perspectivas teóricas e das análises

empíricas, baseadas no estudo de caso das três cidades pesquisadas no sudeste paraense revela forças de resistência latentes ao processo de abertura da fronteira ainda não reconhecidas e por isso não consideradas como um elemento relevante pela literatura corrente.

2. Uma fronteira urbano-mineral em três tempos: tradicional, industrial e neoliberal

Para sustentar a hipótese de urbanização completa da sociedade, Lefebvre (1970) elaborou um esquema espaço-temporal que assume a sociedade agrária como ponto zero em direção ao ponto de culminância do processo de constituição da “sociedade urbana”. Para traçar o caminho percorrido pelo fenômeno urbano, o autor apontou os elementos essenciais de cada formação específica, a cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial até a formação da sociedade urbana. Essa estratégia, em certa medida abstrata e arbitrária, é um componente importante da análise de Henri Lefebvre e de seu método “regressivo-progressivo”. Uma abordagem metodológica em três estágios, no qual se realiza o movimento de retorno para o passado, antes de se mover de volta ao presente a fim de avançar para o futuro (Kofman, 2003). Dessa articulação dialética entre passado, presente e futuro, derivamos a construção de um gradiente histórico-social para análise das três cidades em estudo: Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, reforçando a ideia de que “o caráter urbano de qualquer sítio só pode ser definido em termos substantivos, com respeito aos processos socioespaciais e históricos que os produzem” (Brenner, 2013, p. 50).

Nosso objetivo, é utilizar essas três cidades como recorte para análise do conjunto de transformações socioespaciais ocorridas no sudeste paraense nas últimas décadas, sobretudo destacando a relação dessas cidades com os processos de urbanização e grande mineração na região. Assim, caracterizamos e associamos cada cidade a uma tipologia específica: a cidade extrativo-mercantil/tradicional (Marabá), a cidade empresarial/industrial (Parauapebas) e a cidade neoliberal (Canaã dos Carajás), construímos essas tipologias a partir da premissa de que as transformações históricas e espaciais conferem especificidades a esses assentamentos, formados a partir de uma permanente sobreposição de camadas das relações socioespaciais produzidas nessa região, e que só assumem significado se consideramos que além de suas próprias marcas históricas, são espaços moldados em um contexto de fronteira e caracterizados por elementos do subdesenvolvimento.

Essas três cidades foram escolhidas porque evidenciam três formações socioespaciais diferenciadas e que se correlacionam no processo de formação e desenvolvimento da fronteira urbano-mineral do sudeste paraense. Marabá se consolidou a partir de 1980, como polo estratégico das ações do governo federal na Amazônia, foi identificada como área de segurança durante a década de 1970 e atraiu investimentos públicos e privados destinados à atividade agropecuária, madeireira e mineral. A cidade apresenta uma formação mais antiga do que as outras, conectada à atividades extrativo-mercantis, sua origem é ligada à exploração do caucho^[5], na primeira década do século XX, sucedida por diversos outros ciclos extrativos (castanha, diamante, cristal, etc.). Após o declínio da borracha, ainda na primeira metade do século XX, a exploração do caucho foi substituída pela extração da castanha. Nessa transição o sistema de aviamento^[6], que funcionou como mecanismo central para organização e controle do trabalho durante o Ciclo da Borracha, foi rapidamente mobilizado para realização do ciclo da Castanha, reforçando um dos traços sociais da economia extrativo-mercantil na Amazônia, a superexploração do trabalho como estratégia de geração de excedente, neste caso, levada a cabo por uma cadeia de financiamento que beneficiava

sobretudo os agentes externos, em uma economia fortemente voltada para fora da região. Essa atividade produtiva baseada no mercado externo, capturou e destinou o excedente para fora do local de exploração e, assim como ocorreu em diversos outros assentamentos na Amazônia e na economia açucareira do Nordeste, o excedente internalizado além de reduzido, beneficiou apenas os grupos locais à frente da atividade extrativa (aviadores que detinham o meios de produção e comercialização da castanha). Em um movimento dialético, esse tipo de formação econômica desigual gera padrões socioespaciais desiguais (Santos, 2006). No caso das três cidades em estudo, observamos graus diferenciados de segregação socioespacial, resultantes da formação social, histórica, econômica e espacial particular de cada uma delas.

A formação extrativo/mercantil do território de Marabá e, particularmente, de seu núcleo urbano pioneiro, garantiu uma tipologia de ocupação tradicional, integrada em uma rede urbana associada aos rios. O núcleo pioneiro de Marabá, organizado de modo vernacular, possui um traçado em grade adaptado às condições do sítio. A formação da mancha urbana seguiu ritmo lento, com população pequena e distribuição concentrada, segundo padrão histórico de assentamentos na região. A partir da década de 1950, esse padrão de expansão urbana passou a ser estigmatizado como atrasado, após a implantação da Nova Marabá, de inspiração modernista, e das formações de Parauapebas e Canaã dos Carajás vinculadas à matriz rodoviária. A resiliência do núcleo pioneiro de Marabá aos ciclos de cheias dos rios, por meio de estratégias de elevação do assoalho das casas, assim como a sua capacidade de suporte às atividades de subsistência (pesca, extrativismo) pela forte conexão com os recursos naturais manejados coletivamente, e pela escala humana, mais favorável ao deslocamento das pessoas a pé, não foram identificados como características dessa cidade extrativa/mercantil, e foram assumidos como expressão de atraso, pelos pioneiros e trabalhadores atraídos pelas novas oportunidades abertas pelas estatais e pelo financiamento público ao empreendimento privado na região.

O regime de terras é outro elemento que marca a diferenciação entre os três contextos estudados. Marabá, diferente de Parauapebas e Canaã dos Carajás, não possuía um mercado de terras, nem mercado de trabalho claramente constituídos em suas primeiras décadas de existência, porque o sistema de aviação, principal instrumento de mediação das relações sociais de produção durante os dois primeiros ciclos extrativistas - do caucho e da castanha, não requeria para seu funcionamento a instituição da propriedade privada. A força política e econômica dos representantes da oligarquia da Castanha, era exercida através do controle do trabalho, ainda que em bases precárias, e da relação de poder mediada pelo Estado. Além disso, mesmo quando os mecanismos jurídicos de propriedade começaram a ser estabelecidos na região, eles possuíam especificidades que permitiram uma relativa abertura do mercado de terras. O primeiro mecanismo de concessão de terras adotado pelo Estado foi o aforamento perpétuo a particulares, seguido pelo sistema de arrendamento de terras. O arrendamento, em particular, apresentava uma modalidade coletiva, que permitiu o acesso da população às terras e à produção de castanhas (Os Castanhais do Povo). Essa contingência do mercado de terras em Marabá, permitiu por exemplo, a formação de uma classe intermediária e uma relativa mobilidade social entre os segmentos da população.

A ausência de um mercado de trabalho, que só começou a ser formado com o processo de integração econômica da região, também é um fator de diferenciação entre as cidades. À margem de um mercado de terras e trabalho estabelecido, os trabalhadores migrantes podiam se dedicar a outras atividades de subsistência nos períodos da entressafra da castanha, garantindo condição básica de sobrevivência mesmo em um cenário de pauperização.

A descoberta do caucho, e em seguida da castanha, como bases de uma economia mercantil-extrativista, foi fator fundamental para a constituição de Marabá como um entreposto comercial e para afirmação de sua centralidade na rede urbana em formação, capitaneados por uma oligarquia local, com poder político e econômico sobre toda a região do médio Tocantins. Assim, antes da inserção das ações desenvolvimentistas conduzidas pelo Estado na região, Marabá já se consolidava como centro abastecedor, com destaque na rede urbana e estrategicamente localizada em relação à capital (Tourinho, 1991).

Essa posição de destaque na rede urbana, tornou Marabá a cidade polo do sudeste paraense e fortaleceu sua posição na rede urbana, mesmo quando cidades amazônicas tradicionais perdiam sua importância, com a substituição da matriz hidroviária pela matriz rodoviária. Na década de 1950, obteve recursos federais da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), e posteriormente, foi objeto de programas oficiais do governo militar, o qual declarou Marabá como área de segurança nacional, em resposta às reações contra a ditadura organizadas durante a Guerrilha do Araguaia^[7]. Dessa forma, Marabá, paulatinamente se tornou uma centralidade urbana, originalmente de base extrativo-mercantil, que reuniu novas funções políticas e econômicas e se transformou em eixo estratégico de ação do Estado na Amazônia Oriental.

No entanto, a ocupação sistemática da região começou apenas no final da década de 1950, patrocinada pelo Estado e intensificada com o golpe de 1964, orientada por ações oficiais de colonização e políticas de incentivos fiscais destinadas à atender interesses de grandes grupos econômicos, estrangeiros e do Centro-Sul do país. Nesse contexto, o governo militar adotou uma estratégia ativa de integração da Amazônia ao restante do país, como parte do projeto de desenvolvimento nacional.

À medida que o capital industrial, baseado no Centro-Sul, começou a ser investido na Amazônia, as relações sociais e, sobretudo, as relações terra-trabalho-natureza foram alteradas. A política de incentivos fiscais coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia teve um papel determinante nesse processo. A partir de 1966, estimulou a implantação de projetos agropecuários (agrícolas, pecuários e extrativos) de perfil empresarial, atraindo empresas capitalistas e consolidando um modelo de apropriação de terras, baseado na grande propriedade (Ianni, 1978).

Esse processo significou nos termos aqui propostos, uma transição socioespacial, isto é, um processo de transformação da “cidade tradicional” (extrativo-mercantil) em uma variante de “cidade urbano-industrial”, que apesar de não abrigar indústrias, comandava uma hinterlândia dedicada à produção de insumos para uma base urbana e industrial localizada em outros contextos nacionais e internacionais. Longe de significar uma conversão completa das relações socioespaciais, esse movimento ilustra mais uma nova combinação e sobreposição de institucionalidades, organizações, funções e formas sobre o tecido preexistente.

Para ilustrar e caracterizar essa transição, escolhemos Parauapebas, uma cidade que surge como subproduto do processo de modernização e realização de uma nova escala de exploração de recursos, alavancado com o Programa Grande Carajás (PGC) e apoiado em seu aparato técnico de base urbano-industrial. A implantação de um projeto dessa natureza, na fronteira amazônica, carrega consigo as marcas de uma modernização diferenciada, que revela combinações específicas por se realizar em um espaço subdesenvolvido, uma vez que esse espaço é derivado, incompletamente organizado e seletivo (Santos, 1986).

Lançado em 1980, o Programa Grande Carajás, foi concebido como maior projeto de desenvolvimento integrado, voltado para conversão de uma área de floresta tropical em uma área industrial e agropecuária. O PGC foi formulado como ponta de lança de uma fase de desenvolvimento da Amazônia, orientada para extração de minerais para exportação e atividades industriais correlatas. Esse foi um momento determinante para abertura da fronteira urbano-mineral na Amazônia e futuro engajamento de outras áreas em uma rede de projetos sistematicamente associados e orientados pelo mercado. Inicialmente, a cobertura do projeto alcançava uma área de 900.000 km², quase 11% do Brasil (Hall, 1991). O projeto tinha como núcleo grandes investimentos em extração e beneficiamento de minerais, e infraestrutura complementar, integrando também ações de incentivo à empresa agrícola, criação de gado e silvicultura.

O PGC exerceu forte impacto sobre o mercado de terras, segundo Hall (1991) uma das causas principais desse efeito foram os incentivos às empresas agroindustriais de grande porte e, de forma indireta, o estímulo criado pelo próprio programa e pelo conjunto de incentivos governamentais, os quais atraíram investimentos especulativos para formação de portfólios futuros. A corrida em direção a essa área estimulou ainda mais a concentração e expulsão do campesinato. O projeto também acelerou o deslocamento de pessoas, atraindo operários, pequenos agricultores, garimpeiros e de forma geral, gente sem ocupação, para os núcleos urbanos de Parauapebas-Rio Verde à procura de emprego nas empresas terceirizadas, envolvidas nas obras do PGC, cuja ocupação se deu de forma bastante improvisada e precarizada.

O que estava em curso naquele momento era um processo de duplo cercamento, da terra, com a expansão e domínio das empresas privadas de grande capital sobre o território, e do trabalho, com a atração e não absorção do trabalho direcionado para as cidades, com objetivo de formação de uma massa móvel de trabalhadores à serviço das grandes obras em implantação e dos projetos do agroindustriais em curso (Becker, Miranda e Machado, 1990).

Embora desde 1960, as políticas de desenvolvimento para modernização da Amazônia já estivessem em operação, levando à ruptura de padrões e arranjos preexistentes, o Programa Grande Carajás (PGC) acelerou e agravou conflitos socioambientais (Hall, 1990). Com uma orientação que enfatizava projetos industriais e agropecuários, o programa exacerbou violentamente a situação de crise no campo, beneficiando interesses empresariais e especulativos. Imersa em relações aparentemente contraditórias, a “cidade empresa”, comprometida com a racionalidade industrial foi forjada na Amazônia. Parauapebas, na verdade, não é a cidade empresa por excelência, esta representação cabe melhor ao Núcleo Urbano de Carajás (NUC), *company town* planejada para abrigar 4 mil pessoas, destinada a funcionários ligadas a mineradora. O NUC é uma espécie de bairro planejado, com casas térreas, com cinco tipologias construtivas, que variam entre 79 e 280m². É dotado de uma série de serviços quase exclusivamente destinados aos funcionários e suas famílias: escola particular, supermercados, restaurantes, clube de lazer, agências bancárias, igrejas, hotéis e originalmente contava ainda com um cineteatro. Além disso, os moradores ainda podem desfrutar de acesso privilegiado ao Parque Zoobotânico de Carajás.

O Complexo de Carajás entrou em operação na década de 1980, e sua infraestrutura abrangia mina, instalações de beneficiamento, *company town*, ferrovia, estradas e porto. Principal projeto do setor mineral empreendido no contexto dos grandes projetos, a implantação da mineradora constituía mais do que uma atividade produtiva, configurava uma estratégia para o fortalecimento do governo federal na região. A implantação do PGC retirava do governo estadual o controle sobre as terras

da região da Serra dos Carajás e o transferia para a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ligada diretamente ao governo federal. Esse arranjo foi consolidado através da delimitação de uma enorme área de preservação ecológica (instituída como floresta nacional, em 1997, mesmo ano da privatização da CVRD) e da apropriação de terras lindeiras às rodovias federais construídas na região entre 1976 e 1984 (Bunker, 2007a); estas estratégias evitaram outras solicitações quanto à exploração do minério e uso da terra, ao mesmo tempo, em que afastava indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e pequenos agricultores que habitavam o território.

Parauapebas e o Núcleo Urbano de Carajás (NUC), são espaços produzidos sob um paradigma de modernização, que expressam uma dinâmica de urbanização incompleta e seletiva. Em um contexto particularmente operacionalizado através do aparato da grande indústria mineradora, com efeitos socioambientais significativos: mudança na forma de apropriação da natureza, na escala da paisagem, transformações no ambiente construído, nas relações de trabalho, nos ritmos de produção e de reprodução. Uma aglomeração desde o início moldada por processos de urbanização orientados pelo mercado, e com ritmo e escala de produção do espaço associados à indústria.

No entanto, observam-se diferenças notáveis entre a produção do espaço em Parauapebas e Canaã dos Carajás. Apesar do impacto das diretrizes da atuação do governo federal, em Carajás, durante o período em que a empresa mineradora brasileira foi estatal, foram realizados investimentos na produção de bens coletivos (requalificação da ocupação informal, equipamentos coletivos, regularização urbanística, infraestrutura), já no caso de Canaã dos Carajás, a correspondência entre a demanda do mercado e a resposta da gestão pública às exigências da empresa foram mais imediatas. Porém, mais do que isso, o contexto político e econômico de inserção desses dois projetos é significativamente diferente. A implantação do projeto S11D, em Canaã dos Carajás, já nasce inserido em um cenário mundial de mercado globalizado e de reestruturação econômica neoliberal, acompanhando diversas mudanças nas estratégias da empresa de mineração, em direção a um perfil mais conservador e “enxuto” das políticas internas à empresa.

Canaã dos Carajás originou-se de uma vila criada como iniciativa de colonização federal pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em território conhecido pela fertilidade de suas terras; o município foi emancipado na década de 1990 e transitou de sua vocação agrícola para atividades mineradoras inicialmente com a instalação da Mina do Sossego e, posteriormente, com o projeto S11D, responsável por promover significativas alterações no relacionamento urbano-rural. A formação de Canaã dos Carajás é marcada por duas trajetórias produtivas com grande influência sobre as dinâmicas do município: a agrária e a mineradora. Canaã, na década de 1980, ainda integrava o território de Marabá e foi uma das áreas escolhidas pelo governo federal para oferecer suporte ao PGC. Com a coordenação GETAT foram criados os projetos de colonização Carajás I, II e III, que deram origem aos Centros de Desenvolvimento Regional, os CEDERES I, II e III, voltados à produção de agrícola de culturas básicas para atender a população migrante atraída pelo PGC. Em 1984, foram assentadas mais de 1.500 famílias nas áreas denominadas CEDERES II e III, atual Canaã dos Carajás, os colonos, oriundos de outras regiões, receberam lotes de aproximadamente 50 hectares. Embora, essa política fosse voltada para os pequenos agricultores, os colonos assentados enfrentaram graves problemas de infraestrutura para permanecer no local. A situação do serviço de saúde era, por exemplo, um dos setores mais deficientes, além do isolamento do município. Na década de 1980, a viagem para Parauapebas, à 70 km de distância, chegava a alcançar dois dias. Devido a precariedade das condições de permanência, muitos colonos venderam seus lotes para fazendeiros e famílias recém-chegadas à

região. Essas mudanças na organização fundiária, foram responsáveis pelo que hoje se configura como um mosaico de ocupação do município formado por unidades camponesas, pequenas e médias fazendas e grandes latifúndios[1] (Cabral, Enríquez e Santos, 2011).

O perfil agrícola de Canaã, começou a mudar com o anúncio do Projeto Mina do Sossego, para exploração de cobre. Canaã passou por mudanças típicas de áreas de mineração, atraindo um contingente populacional significativo, quase triplicando sua população em 6 anos (de 2004 a 2010). Diferente do caso de Parauapebas, a relação construída entre território e empresa foi de um novo tipo, pois a empresa Vale S.A., já privatizada, adotou estratégias de integração ao mercado financeiro ampliando ritmo e escala de atuação. Mas as mudanças mais drásticas foram sentidas durante a implantação do Projeto S11D, a partir de 2012.

É possível observar, que as ações desenvolvimentistas deslanchadas na década de 1950, pavimentaram a inserção da fronteira amazônica em um dinâmica global, em que hoje territórios como o de Canaã dos Carajás estão envolvidos, de um lado, operacionalizando florestas, pastos, rios e comunidades, como espaço de extração de riquezas com ligações diretas com os centros globais ligados ao mercado de commodities e, de outro, acirrando o processo de transformação e conversão de florestas em espaço construído, dentro de uma perspectiva em que a produção do espaço opera como uma “máquina do crescimento” (Moloth; Logan, 1987).

O governo federal, ao projetar ações estratégicas para controle da Amazônia, implantou redes de integração espacial (rodoviária, rede de telecomunicações; rede urbana; rede hidroelétrica), criou territórios federais, lançou polos de desenvolvimento, estimulou os setores de exportação de recursos naturais e incentivou grandes projetos altamente subsidiados. Esses projetos consolidaram a trajetória e dominação de grandes grupos econômicos do Centro-Sul e estrangeiros na Amazônia Oriental, e criaram novas relações entre os níveis global, urbano e local. No setor mineral, especialmente com o lançamento do PGC, essas ações foram o pontapé inicial do processo de transnacionalização, privatização e financeirização dos recursos amazônicos. Desde o início, a exploração de recursos minerários na Amazônia foi uma política elaborada por e para agentes externos, como narra Hall:

A decisão de investir em Carajás foi inicialmente tomada por produtores de ferro e aço (principalmente de Minas Gerais), baseados, em sua maioria, na disponibilidade de generosos subsídios oficiais e no carvão barato produzido com exploração da floresta nativa (Hall, 1991, p. XX).

Ainda que o discurso protecionista do Estado, no período, tentasse associar as ações de desenvolvimento à proteção contra as ameaças de internacionalização do território, a abertura ao capital estrangeiro e a própria concepção de exploração baseada numa agenda pró-crescimento e pró-mercado do Estado, em favor dos interesses privados, criou condições necessárias para apropriação de enormes áreas na Amazônia por empresas multinacionais, como a Vale S.A..

Um desses casos, relatado pelos agricultores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás, chegou a ser noticiado em um veículo de comunicação nacional, em 2016. Na época, os representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciaram a aquisição irregular de terras públicas pela empresa mineradora. Segundo os advogados da CPT, a empresa se beneficiou da ausência de fiscalização para adquirir de forma irregular terras da União, originalmente destinadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aos colonos assentados nos Projetos Carajás II e III. Esse processo deu início a um dos movimentos

que evidenciam como o relacionamento urbano-rural na fronteira amazônica se manifesta de forma singular. Mobilizados e organizados pela CPT, em 2015, os sem-terra começaram a ocupar as terras adquiridas pela Vale S.A. na expectativa de reversão dessas aquisições face às ambiguidades e/ou irregularidades dos processos de compra de terras. Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) possuía um levantamento apontando indícios de venda de 1190 lotes destinados pelo GETAT para reforma agrária. Dessa forma de 201X até aqui seis novos acampamentos foram criados em terras compradas pela Vale: Grotão do Mutum, Serra Dourada, Rio Sossego, Alto da Serra, Marajá, Monte Sião.

Esses acampamentos são formados por pessoas com perfis socioeconômicos diversos e nessas áreas são feitas plantações de diversas culturas. As características desses assentamentos chamam atenção, uma delas é a articulação entre a vocação agrícola de Canaã dos Carajás, uma região fértil e onde o projeto de colonização foi relativamente bem sucedido, e a relação desse processo com a dinâmica acelerada de urbanização iniciada com a implantação dos projetos minerais Sossego, Cristalino, Vermelho e S11D. Quando os projetos de assentamento Carajás II e III foram implantados, na década de 1980, o perfil de migrantes vindos para região era predominantemente de pequenos agricultores rurais vindos de outras regiões, principalmente, Maranhão, Goiás e Tocantins, hoje o perfil dos acampados, embora diverso, é dominado por pessoas que já desempenharam ou desempenham alguma função ligada a indústria mineradora ou serviço urbano. Se de um lado, como afirma Merrifield (2012), atualmente “os lugares rurais tornam-se parte integrante da produção pós-industrial e da especulação financeira, engolidos por um “tecido urbano” que continuamente estende suas fronteiras, corroendo incessantemente os resíduos da vida agrária, devorando tudo e em toda parte para aumentar a mais-valia e acumular capital”. De outro, as formas contemporâneas do rural parecem ser redefinidas permanentemente, dando origem a diferentes combinações, nunca desaparecendo por completo, próximo do que afirma Ghosh (xxxx: pp), ao analisar as formulações de Henri Lefebvre sobre o rural:

(...) a categoria do rural tem em si um conjunto de valores qualitativos que podem retroceder e quase desaparecer, mas nunca deixam de existir. Em outras palavras, embora a categoria do rural possa se tornar fraca até o ponto da invisibilidade perceptiva, suas construções simbólicas e culturais persistem.

Essa afirmação é particularmente constatada em Canaã dos Carajás, onde as relações camponesas tendem a ser recriadas mesmo em um espaço onde, pelo menos de forma aparente, essas relações foram sistematicamente desmanteladas. Desde que os projetos minerários foram implantados, as relações urbano-rurais foram notavelmente alteradas, com a migração da geração de trabalhadores filhos de camponeses para postos de trabalho na indústria mineradora, não apenas pelos atrativos que a atividade exerce (imagem de progresso e modernização associada às garantias do trabalho formal), mas principalmente por motivação reversa - como o fato dos camponeses mais velhos não desejarem para seus filhos a penosa rotina camponesa, de trabalho intenso e que muitos consideram degradante. Assim, os camponeses orientaram seus filhos a estudar e trabalhar em outros contextos e a buscar atividades urbanas sempre que possível, promovendo o êxodo dessa geração de Canaã dos Carajás. Um exemplo dessa descrença na região é a dificuldade de acesso à escola do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial localizada na sede municipal, por falta de solução de transporte público intramunicipal. A concentração de equipamentos na sede municipal desconhece

o padrão histórico de dispersão da população nativa na Amazônia (Heckenberger, 2017), e o reforço a uma organização camponesa de base urbana, dado pela política dos assentamentos rurais articulados a uma concepção de urbanismo rural (Camargo, 1976; Monte-Mór, 2004).

Contudo, nos últimos anos, há um movimento inverso em curso, movido menos pela vontade deliberada dos moradores de Canaã, do que pela insuficiência de alternativas oferecidas na cidade: a disseminação dos acampamentos, todos relativamente próximos ao núcleo urbano. Como argumenta Monte-Mór (2004), embora a urbanização extensiva acompanhe um processo de ampliação das condições gerais de produção industrial (incluindo também um novo padrão de reprodução, de caráter urbano-industrial), o urbano extensivo igualmente amplia as possibilidades de construção de projetos emancipatórios, na medida em que suporta e reúne as manifestações virtuosas da pólis e da urbe, como a “práxis urbana, a política e a cidadania” (Monte-Mór, 2004). Em certo sentido, a realidade urbana em Canaã dos Carajás, apoia fortemente esse argumento. Não apenas vemos a emergência de um movimento camponês informado em sua luta, organizado por uma instituição, que embora historicamente atue no campo, está articulada à rede de informações e outras organizações da cidade, como é o caso da CPT, como também observamos, que embora seja possível notar a manifestações de práticas rurais, são movimentos sociais inegavelmente urbanos (informados sobre a direitos e suas formas de acesso). Essa condição não se deve à proximidade do núcleo urbano, mas sobretudo às relações mantidas com “a cidade”, sua rede institucional, ao próprio perfil de trabalho dos integrantes do movimento, muitos ex-terceirizados da indústria mineradora, e aos hábitos e padrões de consumo. Esses cenários revelam momentos de simultaneidade entre o passado camponês e o presente urbano; apesar da indução de vocações agrícolas e extrativas no último quarto do século XX, e da clara manifestação de um urbano extensivo que torna o sudeste paraense subordinado a interesses baseados na China (minério) ou Oriente Médio (gado vivo). Não é possível afirmar taxativamente que não há mais resquícios de ruralidade, ou que haja completa adesão do urbano neste contexto. Em Canaã dos Carajás a dicotomia entre o par urbano-rural não existe, apesar dessa nova fronteira estar imersa em tensões contraditórias próprias de realidades subdesenvolvidas, nela coexistem dialeticamente as manifestações do campo e da cidade; formando um caleidoscópio que atualiza a fronteira, pelo acoplamento das dimensões urbano-mineral ao que já existia na Amazônia.

3. Considerações finais

Esta análise das relações estabelecidas entre grande mineração e produção do espaço na Amazônia identifica, ainda que de forma ensaística, vieses inexplorados da formação histórica e econômica de três municípios do sudeste paraense, profundamente articulados à trajetória dos projetos minerais na região. Através da construção de um gradiente com três tipologias de manifestações urbanas: a “cidade tradicional”, a “cidade empresa” e a “cidade neoliberal”, foi possível explicitar os acoplamentos realizados à antiga fronteira agrícola e extrativa, que se constituiu a partir de interesses baseados em outras regiões do país desde sua abertura, portanto periférica em relação ao Brasil, e com ele ao sistema mundo capitalista.

A proposição das tipologias e do gradiente apoia-se no processo histórico de cada cidade e em suas articulações no território, evidenciando a rapidez, mas também a seletividade das transformações ocorridas no território. Cada cidade possui um traço do seu espaço urbano fortemente determinada pela matriz que esteve ativa durante seu processo de formação/consolidação - extrativa-mercantil,

ou urbano-industrial ou neoliberal. Essas tipologias não são estanques ou isoladas, pelo contrário, são propostas para expressar a sobreposição e combinação de fatores sociais, espaciais, econômicos, políticos manifestas na região.

Esse movimento metodológico de construção de tipologias, nos permitiu apontar algumas sínteses sobre o processo de formação e consolidação da fronteira urbano-mineral contemporânea no sudeste paraense. Em primeiro lugar, o urbano chega independentemente da consolidação da cidade, como a conhecemos em outras fases do capitalismo, e portanto sua análise não pode ser baseada nos processos socioespaciais manifestos apenas nas sedes municipais (Ghosh, 2017; Brenner, 2013, 2014; Brenner; Schmid, 2015; Arboleda, 2015a, 2015b). Em segundo lugar destacamos que as manifestações da cidade sobre o tecido social, estão presentes na história da Amazônia dentro de um espectro de ampla duração, isto é, o fenômeno urbano não constitui uma manifestação recente na Amazônia, entretanto tal manifestação nunca foi decodificada como equivalente ao urbano/ cidade conhecidos em outros contextos. Marabá, por exemplo, desde suas raízes como aglomeração de suporte à atividade mercantil e de circulação, comandou uma hinterlândia repleta de outros assentamentos (vilas, localidades,), de onde drenava produtos que definiram o alcance das suas relações comerciais, com a capital e com o mercado externo. De outro modo, também observamos a transição das práticas que articulam a mineração e a produção do espaço, e o contínuo processo de destruição criativa e adaptação imposto por ela às formas socioespaciais anteriores. No que se refere a relação urbano-rural, as dinâmicas recentes produzidas pela mineração provocam tensões contraditórias sobre o espaço, que se por um lado tendem a dissolver e dismantelar práticas e relações preexistentes no campesinato, também recriam e redefinem no local expressões desse campesinato, como tem sido observado com maior clareza em Canaã dos Carajás. Observa-se que essas forças globalmente abrangentes de produção e modernização produzem um efeito ambivalente que caracteriza a atual dinâmica da fronteira amazônica.

A partir disso, destacamos que há necessidade de mediações conceituais e teóricas enraizadas no contexto regional, para que seja possível um diálogo mais amplo entre os estudos sobre o campesinato e sobre o urbano contemporâneo.

O sentido dessa análise é destacar que: à histórica alienação das populações de si mesmas e dos seus espaços de vida - sejam povos indígenas, movimentos sociais, extrativistas e outras populações marginalizadas, já se contrapõe mais intensamente a abertura de canais completamente novos de interlocução com a sociedade. Através dessas novas interlocuções, move-se no invisível a possibilidade de redefinição e recuperação do sentido e do significado substantivo de natureza, da vida humana, da práxis urbanas e de alternativas outras à crise em que a sociedade e a natureza estão imersas, assim como a nossa possibilidade genuína e substantiva de sobrevivência.

4. Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha; MIRANDA, M; MACHADO, L O. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Unb, 1990. 219 p.

BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetaria. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 243, p.38-66, jan. 2013. Bimestral. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A.; SANTOS, D. V. dos. Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In:

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (Ed.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 39-68. LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. Urban Fortunes: The Political Economy of Place. Los Angeles: University of California Press, 1987.

Eleonore Kofman, "Introduction to 'The Country and the City,'" in Henri Lefebvre: Key Writings, eds. Stuart Elden, Elizabeth Lebas, and Eleonore Kofman (London: Continuum, 2003), 109.

HALL, Anthony L. Amazônia, desenvolvimento para quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 300 p.

HECKENBERGER, M. J. As cidades perdidas da Amazônia: A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. Scientific American Brasil, n. 90, nov. 2009. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia_7.html>.

Acesso em: 8 maio 2017.

IANNI, Octávio. A luta pela terra. São Paulo: Cebrap, 1978. 235 p.

MERRIFIELD, Andy. The Politics of the Encounter and the Urbanization of the World» en city vol. 16 No 2, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.

SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H.. Conflitos Sociais e a formação da Amazônia. 22. ed. Belém: Ed.ufpa, 2012. 496 p.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Planejamento Urbano em Área de Fronteira Econômica: O Caso de Marabá. 1991. 483 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

[1] Esta pergunta foi o ponto de partida do projeto UrbisAmazônia, provocando reflexão para o fato do fenômeno urbano continuar sendo negligenciado pelas agendas de pesquisa sobre a região, mesmo em contraste com elementos empíricos, revelando desde a segunda metade do século XX, um processo de urbanização contínuo e estendido por todo território nacional, criando na Amazônia outras formas socioespaciais de organização de núcleos populacionais, articuladas ao espaço regional e que não aderiam mais a uma estrita dicotomia cidade/campo ou urbano/rural, como provou Roberto Monte-Mór em sua análise sobre essa manifestação extensiva do urbano na Amazônia brasileira, em sua tese intitulada: Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazon, de 2004.

[2] Participaram do Projeto as siglas INPE, CEDEPLAR-UFMG, UFPA, NEAD-MDA, LEG-UFPR, TerraLab-UFOP, FIOCRUZ, ITV-DS, NEPO-Unicamp, EESP-FGV-SP.

[3] Com particular destaque para ações governamentais dos períodos de governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nos quais foram implementados os pacotes de crescimento econômico e produção de infraestrutura e construção civil, capitaneados pelos programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

[4] O projeto Economia e Cidade, foi uma parceria realizada entre Universidade Federal do Pará (Programas de Pós-Graduação em Economia e Arquitetura e Urbanismo) e Instituto Tecnológico da Vale, com objetivo de produzir uma

avaliação dos impactos da implantação do projeto S11D sobre o município de Canaã dos Carajás, do ponto de vista econômico, social, ambiental, institucional e territorial.

[5] O caucho é uma das famílias de árvores produtoras de látex, de qualidade inferior à seringa, é fornecido pela *castilloa elastica*, diferente do processo de extração da seringa, é necessário fazer a derrubada da árvore para a coleta do látex, portanto, a atividade produtiva avançava desmatando as áreas de floresta de caucho.

[6] Mecanismo de endividamento e comercialização da produção baseado no financiamento dos meios de produção e de vida do trabalhador (“o aviado” ou seringueiro) (Corrêa, 1980), pago através da produção extrativa ao credor (“o aviador”, comerciante que provia os produtos ao seringueiro), configurando um processo de acumulação primitiva fundamentado em práticas coercitivas: o “aviado” era explorado “até sua tolerância física e seu excedente era apropriado pela rede de aviadores ou pelo governo” (Vicentini, 2004, p.84). Essa rede de exploração do trabalho envolvia, além do seringueiro e aviador, o seringalista (proprietário do seringal), a casa aviadora (posto comercial localizado na capital) e o exportador do látex. O sistema aviação comumente empregado na exploração da borracha, também mediou, em Marabá, o extrativismo do caucho e da castanha (Tourinho, 1991).

[7] No anos de 1960, 69 guerrilheiros organizados, se instalaram na região entre Marabá e Conceição do Araguaia. O grupo alfabetizava, assistia com cuidados médicos e mobilizava camponeses localização na área. Sob o Comando de Sebastião R. Moura, o Curió, os guerrilheiros foram derrotados em 1974. As forças armadas varreram áreas rurais em busca dos integrantes da guerrilha e capturaram quem encontravam, inclusive pessoas sem qualquer ligação com os guerrilheiros. Em decorrência da “Guerrilha do Araguaia”, Marabá foi classificada pelos militares como zona de segurança nacional (Schmink e Wood, 2012).

[8] A noção de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) deriva da hipótese presciente de Henri Lefebvre sobre “a urbanização completa da sociedade”, antecedida por um movimento dicotômico de implosão (concentração, aglomeração das práticas urbanas) e explosão (extensão do tecido urbano e intensificação das conexões entre os espaços) da cidade.